

31 DE MAIO DE 2021 | EDIÇÃO 30

IGTNEWS

A Newsletter Oficial do
Instituto Governança de Terras



**COMÉRCIO INTERNACIONAL E
QUESTÕES AMBIENTAIS NO BRASIL**

NESTA EDIÇÃO

**A RELAÇÃO BRASIL-CHINA E
O AGRONEGÓCIO**

VITOR BUKVAR FERNANDES

**ESTADOS UNIDOS E BRASIL -
A IRONIA PRESENTE NA
DIPLOMACIA CENTRO-
PERIFERIA**

DELAÍDE SILVA PASSOS

**ANDANDO SOBRE O GELO
FINO**

GABRIEL PANSANI SIQUEIRA

**EDIÇÃO
ESPECIAL**

A relação Brasil-China e o agronegócio

ESCRITO POR VITOR BUKVAR FERNANDES

Ao mesmo tempo em que se comemora a pujança do agronegócio, nos últimos 20 anos a economia brasileira tem se desindustrializado progressivamente [1] e caiu da 24^a para a 49^a posição no índice de complexidade econômica (ECI) [2]. Esta tendência fica patente ao analisarmos comparativamente a pauta de exportações com a de importações recente - onde os carros chefes de exportação são produtos de baixa complexidade (petróleo cru, minério de ferro, soja, carne bovina e celulose), enquanto as importações têm grande peso de itens de média e alta complexidade (petróleo refinado, circuitos integrados, adubos e fertilizantes, medicamentos e produtos farmacêuticos e partes de automóveis).

No que tange nossas exportações, a China é o destino mais importante, adquirindo 27,6 bilhões de reais dos nossos produtos exportados, ou 33,6% das exportações brasileiras no ano de 2020 (aproximadamente 3,5 vezes mais, em valor, do que o segundo maior destino de exportações, os EUA). Ao mesmo tempo, a China também é a origem da maior parte das importações brasileiras, responsável por 21,8% da pauta de importações [3].

Do ponto de vista do Brasil, a relação com a China é proveitosa especialmente para o setor de exportação de matérias primas e para a agropecuária, dado que o país é o principal comprador desses produtos há mais de uma década. Entretanto, a entrada de produtos manufaturados e bens industriais intermediários chineses representa uma ameaça dado a competição com a produção nacional desses bens - setores estes que vêm encolhendo consistentemente há muitos anos, sintoma da desindustrialização em curso.

Algumas medidas poderiam ser tomadas para diminuir esses impactos, como incentivar a agregação de valor e alterar a pauta de bens exportados pela agropecuária (realizar o processamento da soja aqui e exportar o óleo, por exemplo) e pelo setor de mineração (ao in-



vés de minério de ferro bruto, exportar subprodutos processados do mesmo). Entretanto, no contexto atual, somado aos altos preços internacionais dessas *commodities*, não parece haver movimentação do agronegócio e mineração para alteração do padrão de exportação. Um outro problema se conforma na crescente dependência da exportação de matérias primas e produtos agrícolas, algo que pode ter efeitos devastadores (como já teve) no contexto de uma reversão do ciclo de valorização destes produtos (enquanto as importações de bens de média-alta complexidade se mantêm), ou no caso de uma reorganização do mercado global.

Este último caso merece apontamentos, dado que dentro da esteira do projeto de longo prazo da China está a iniciativa *Belt and Road* que busca integração inter-regional na Ásia e partes da África e da Europa. Estes esforços diplomáticos regionais têm gerado sinalizações positivas que podem afetar a política de importação de bens agrícolas da China. Um exemplo disso é a aliança em desenvolvimento com o setor produtor de soja da Rússia [4], incentivado como consequência direta da guerra comercial entre EUA e China, principalmente durante a administração Trump. Este acordo une a ampliação do setor produtor de soja russo (ainda incipiente) ao interesse de comprar estas exportações por parte do governo chinês, um acordo potencialmente vantajoso dado a proximidade entre ambos os países. Cabe notar que a região com maior produção de soja (província de Heilongjiang) faz fronteira direta com a porção oriental da Rússia onde a produção de soja tem potencial de expansão no médio prazo [5].

Do ponto de vista chinês, o Brasil segue como uma fonte segura de matérias-primas e produtos agrícolas, mas também como mercado em potencial para investimentos em infraestrutura (como terminais portuários voltados para melhorar a capacidade logística de voltada às exportações), geração de energia e, potencialmente, como fornecedor de soluções tecnológicas [6].

Por fim, dois pontos que podem afetar o agronegócio no médio prazo merecem acompanhamento no futuro próximo: primeiro, é necessário acompanhar a política da China em relação à importação de produtos “contaminados” com desmatamento ilegal - mesmo que até o momento a China tenha se mantido relativamente neutra neste sentido, isso pode ser alterado a qualquer momento. O segundo e último ponto depende da complexa relação entre EUA e China e a inserção do Brasil neste contexto, dado que o arrefecimento da guerra comercial EUA-China pode pautar termos mais favoráveis para exportação de *commodities* para a China (em concorrência com o Brasil).

Estados Unidos e Brasil - a ironia presente na diplomacia centro-periferia

ESCRITO POR DELAÍDE SILVA PASSOS

Os Estados Unidos e o Brasil sempre tiveram relações comerciais estreitas. Atualmente, o país norte-americano é o segundo principal destino das exportações brasileiras, ficando atrás apenas da China [1] - pontos estes poucas vezes levados em consideração pela nova diplomacia brasileira.

Com a chegada do governo Biden, a equipe de Bolsonaro passou a ter outro motivo de apreensão - a política ambiental do Brasil já vinha sendo questionada pela União Europeia, o que por sua vez acendeu um sinal de alerta no partido democrata [2]. Tanto que, poucos meses após assumir a presidência dos Estados Unidos, Joe Biden recebeu um dossiê solicitando o congelamento de acordos, negociações e alianças políticas com o Brasil enquanto Jair Bolsonaro estivesse na presidência.

Dentre os principais pontos destacados no documento está a necessidade de os Estados

Unidos retomarem seu papel na luta pela proteção e expansão da democracia, algo que havia sido colocado em xeque com a aproximação entre Trump e Bolsonaro. O texto contou com a assinatura de mais de 100 representantes das universidades de *Harvard*, *Brown* e *Columbia*, além de organizações de renome como a *Friends of the Earth*, nos EUA, e a Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (APIB). "Os EUA têm obrigação moral e interesse prático em se opor a uma série de iniciativas da atual presidência do Brasil", diz o texto. "A recente 'relação especial' entre os dois países por meio da ampliação de relações comerciais e ajuda militar possibilitou violações dos direitos humanos e ambientais e protegeu Bolsonaro de consequências internacionais [3]."



DOR

Sobre o assunto, o assessor de confiança de Biden, Juan Gonzalez, declarou:

"Qualquer pessoa, no Brasil ou em outro lugar, que achar que pode promover um relacionamento ambicioso com os EUA enquanto ignora questões importantes como mudança climática, democracia e direitos humanos, claramente não tem ouvido Joe Biden durante a campanha" [4].

O documento defende que o cuidado do governo norte-americano deve ir além das questões de financiamento a políticas de conservação no país latino-americano, mas também chamar a atenção para o papel dos empresários e investidores estadunidenses no aumento do desmatamento na maior floresta tropical do mundo – a Amazônia brasileira. Isso porque, depois da China, os EUA são os maiores compradores de madeira do Brasil, logo, há uma relação de proximidade com o problema da derrubada ilegal de floresta em pé. Diante disso, os signatários do dossiê relembrou a Lei Lacey, aprovada nos Estados Unidos em 2008, pela qual há a proibição do comércio de produtos de fontes ilegais [5].

Outro assunto polêmico abordado no documento é a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado pelos governos Trump e Bolsonaro, em 2019, o qual permite a exploração comercial da Base Espacial de Alcântara, no Maranhão, tendo como uma das principais consequências a desapropriação de centenas de famílias quilombolas que vivem na região há séculos. Sobre este tema, o dossiê destaca: "o governo Biden-Harris deve se colocar de maneira firme contra qualquer desapropriação de terras quilombolas, enquanto se engaja em ações pacíficas em colaboração com a Agência Espacial Brasileira em Alcântara".

Ironicamente, porém, o governo Bolsonaro entregou, no último dia 28 de abril, a exploração da Base de Alcântara para quatro empresas estrangeiras, sendo três delas dos Estados Unidos – a *Hyperion* (EUA) foi escolhida para operar o sistema VLS (SISPLAT); a *Orion Stat* (EUA), foi selecionada para coordenar o lançador suborbital; a *Virgin Ast* (EUA), coordenará o Aeroporto de Alcântara, o qual está dentro da base; e a *C6 Launch* (Canadá), que operará a Área do Perfilador do Vento do Centro de Alcântara [6].

Sendo assim, apesar de no discurso existir uma crítica contra a desmatamento ilegal e a violência contra os povos tradicionais, na prática, a presença de agentes estadunidenses nos dois pontos destacados no presente artigo é real, e sem qualquer posicionamento concreto por parte do governo dos Estados Unidos, revelando, com isso, a ironia presente na diplomacia centro-periferia.

Andando sobre o gelo fino

ESCRITO POR GABRIEL PANSANI SIQUEIRA

Se por um lado, o governo Bolsonaro conseguiu avançar com o acordo multilateral do Mercosul com a União Europeia (UE), o desgaste diplomático dessa relação e o aumento do desmatamento dificultam sua ratificação. Após mais de 20 anos de negociação foi assinado, em 28 de abril de 2019, um dos maiores acordos de livre comércio entre blocos continentais, com a eliminação de tarifas de importação para mais de 90% dos produtos comercializados entre os países, o que poderia representar um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de US\$ 87,5 bilhões em 15 anos [1], conquista comemorada pelo presidente na época do evento em Bruxelas [2]. No entanto, hoje, após dois anos da gestão atual, o acordo caminha sobre 'gelo fino', dada a repercussão ambiental do governo Bolsonaro e as crises diplomáticas com a zona do Euro [3].

Desde a assinatura do acordo, houve ao menos três momentos de pedidos de boicotes por redes de supermercados europeus por consequência do aumento do desmatamento e da gestão ambiental no governo Bolsonaro: 1. em junho de 2019, quando uma rede sueca de supermercados (*Paradiset*) usou dessa ameaça devido à aprovação e volume de uso de agrotóxicos no país [4]; 2. em 2020, quando foi feito um abaixo assinado na Alemanha, com mais de 300 mil assinaturas, pedindo limitações aos produtos brasileiros por consequência do desmatamento na região amazônica e pelas intenções de mudança nas regras para a regularização fundiária que se estavam apresentando [5]; 3. esse ano (2021), mais uma nova manifestação do público europeu pedindo o boicote dos produtos brasileiros caso o PL 510 fosse aprovado, mas dessa vez, organizada por grandes grupos de supermercados que se manifestaram por meio de uma carta direta aos congressistas [6].



Os compromissos europeus sobre a eliminação do desmatamento de suas cadeias de suprimentos foram reforçados pelo Tratado de Amsterdam [7], um acordo assinado por muitos países da UE (Dinamarca, França, Alemanha, Holanda, Noruega e Reino Unido) que está alinhado com as ameaças comerciais e boicotes, que tem dificultado as tratativas e, conseqüentemente, a ratificação do Acordo entre os blocos. Outros críticos da gestão do governo no combate ao desmatamento também alertaram sobre o risco ambiental que a ratificação do acordo poderia ter com os termos atuais [8].

Um dos grandes antagonistas aos brasileiros nesse processo tem sido a França [9] que desde agosto de 2019 tem se posicionado como crítica ao governo Bolsonaro, acusando o mesmo de ter mentido na época da reunião em Osaka sobre a necessidade de proteção ambiental no país, uma declaração que não surtiu efeitos práticos, já que no mesmo ano houve recorde nos incêndios florestais do país [10]. As justificativas do Brasil, normalmente pouco diplomáticas, variam entre acusações de práticas protecionistas de mercado pelos países europeus, uma consequência do descaso em governos passados e enaltecimento dos trabalhos realizados apesar do orçamento reduzido [11]. Outro argumento amplamente utilizado é a pequena participação do Brasil nas emissões globais de gases de efeito estufa, representando menos de 3% do total e que por isso as cobranças por resultados seriam indevidas [12].

Outra importante peça desse embate é o Fundo Amazônia e as divergências que se deram sobre a gestão e destinação dos recursos. Inicialmente, as críticas que surpreenderam representantes dos principais financiadores do Fundo (Alemanha e Noruega) [13] e culminaram no bloqueio de mais de 3 bilhões de reais, que seguem sem consenso sobre sua utilização. A falta de confiança e de resultados práticos do discurso feito na cúpula do clima (em 22 de abril de 2021) não contribuiu para reverter as tendências até hoje negativas [14].

Se ainda há alguma esperança para a ratificação do Acordo entre o Mercosul e a União Europeia, ela deve partir de uma mudança radical nas atitudes e políticas de combate ao desmatamento no Brasil. A preocupação com a escalada do desmatamento com certeza não será revertida, então cabe ao Brasil responder ao desafio à altura, para que volte a ser um ator relevante no mercado mundial.

REDAÇÃO



**INSTITUTO
GOVERNANÇA
DE TERRAS**

Site

www.governancadeterreas.com.br

www.igterras.com.br

Instagram

@InstGovTerras

Facebook

@governancadeterreas

Youtube

Instituto Governança de Terras
Grupo de Governança de Terras

E-mail

InstGovTerras@gmail.com

seminariogtde@gmail.com

Ficha Técnica

Edição Geral: Delaíde Silva
Passos e Gabriel Pansani
Siqueira

Diagramação: Marina Lange

Colaborador: Vitor Bukvar
Fernandes

O que é o IGT?

Buscamos a defesa dos direitos sociais relacionados à posse e à propriedade da terra, em condições de igualdade, por meio da proteção e garantias dadas pelo estado de direito. Estímulo ao desenvolvimento sustentável por meio da adequada Governança de Terras. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

O que é o IGT News?

A IGTNews será o novo periódico do IGT, que surgiu com o objetivo de concretizar um veículo de comunicação para proporcionar uma leitura crítica dos eventos contemporâneos ligados às questões fundiárias do Brasil e no mundo.

Contato

Envie para InstGovTerras@gmail.com sua opinião sobre as reportagens: qual sua área temática favorita, reclamações, sugestões, etc.

Ajude-nos a desenvolver este novo meio de comunicação

Caso não deseje mais receber essa newsletter, basta responder a este e-mail com a palavra "REMOVER" no campo do assunto

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização do Instituto Governança de Terras. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do código penal.

REFERÊNCIAS



INSTITUTO
GOVERNANÇA
DE TERRAS

A relação Brasil-China e o agronegócio

- 1** - Hiratuka, C; Sarti, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. Revista de Economia Política, 37 (1), 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572016v37n01a10>
- 2** - OEC. Brazil. OEC, February, 2021. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/bra?comparisonDeltaYear=customYearDelta5&subnationalDepthSelector=HS4Depth>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 3** - COMEXSTAT. ComexVis. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 4** - WU, W. China calls for "soybean industry alliance" with strategic partner Russia. SCMP, 26 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3098980/china-calls-soybean-industry-alliance-strategic-partner-russia>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 5** - SIZOV, A. China's switch to Russia's soybeans no match for U.S. farmers. Successful Farming, 20 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.agriculture.com/markets/your-world-in-agriculture/chinas-switch-to-russias-soybeans-no-match-for-us-farmers>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 6** - RIVEIRA, C. Demanda por agro do Brasil seguirá crescendo, diz embaixador chinês. Exame, 08 de abril de 2021. Disponível em: <https://exame.com/mundo/china-mantera-demanda-forte-por-produtos-agricolas-diz-embaixador/>. Acesso em 27 de maio de 2021.

Estados Unidos e Brasil - a ironia presente na diplomacia centro-periferia

- 1** - BUENO, S. Exportações do Brasil para os Estados Unidos. FAZCOMEX, 30 de março de 2021. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/blog/exportacoes-do-brasil-para-estados-unidos/>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 2** - DYNIEWICZ, L. Com Biden, meio ambiente entra no foco de comércio entre Brasil e Estados Unidos. UOL Economia, 20 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2021/01/20/com-biden-meio-ambiente-entra-no-foco-de-comercio-entre-brasil-e-estados-unidos.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 3, 4** - SENRA, R. Biden recebe dossiê recomendando suspensão dos acordos entre EUA e governo Bolsonaro. BBC News Brasil, 03 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55927385>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 5** - GREENPEACE. O mercado de madeira dos EUA e a lei Lacey. A crise silenciosa da Amazônia. São Paulo, Greenpeace, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1237/123.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=A%20Lei%20Lacey%2C%20em%20vigor,de%20madeira%20ilegal%20no%20mundo6>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 6** - CARVALHO, I. Governo entrega exploração da Base de Alcântara para empresas dos EUA e Canadá. Brasil de Fato, 30 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/30/governo-entrega-exploracao-da-base-de-alcantara-para-empresas-dos-eua-e-canada>. Acesso em 27 de maio de 2021.

REFERÊNCIAS

Andando sobre o gelo fino

- 1** - VILELA, P. Mercosul e UE fecham maior acordo entre blocos do mundo. CAMEX, Ministério da Economia, 29 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.camex.gov.br/noticias-da-camex/2229-mercosul-e-ue-fecham-maior-acordo-entre-blocos-do-mundo>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 2** - UOL. Bolsonaro comemora acordo Mercosul-UE: "trará benefícios enormes". Economia UOL, 28 de junho de 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/06/28/bolsonaro-twitter-acordo-mercosul-uniao-europeia.htm>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 3** - MOREIRA, A. Acordo entre Mercosul e UE pode ficar para 2023. Valor Econômico, 16 de março de 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/16/acordo-entre-mercosul-e-ue-pode-ficar-para-2023.ghtml>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 4** - WALLIN, C. Por Bolsonaro, rede de supermercados da Suécia boicota produtos brasileiros Folha de S. Paulo, 05 de junho de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/por-bolsonaro-rede-de-supermercados-da-suecia-boicota-produtos-brasileiros.shtml?origin=folha>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 5** - DAMASCENO, M. Petição pede boicote de supermercados alemães ao Brasil por desmatamento da Amazônia. UOL Notícias, 14 de junho de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/06/14/peticao-pede-boicote-de-supermercados-alemaes-ao-brasil-por-desmatamento-da-amazonia.htm>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 6** - G1. Supermercados europeus ameaçam boicote ao Brasil por desmatamento. G1 Agro, 05 maio de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/05/05/supermercados-do-reino-unido-ameacam-parar-de-comprar-do-pais.ghtml>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 7** - AMSTERDAM DECLARATION. Towards Eliminating Deforestation from Agricultural Commodity Chains with European Countries. Amsterdam, The Netherlands, 07 December 2015. Disponível em: <https://www.proterrafoundation.org/wp-content/uploads/2017/07/AmsterdamDeclarationDeforestation26Agro-commoditychains.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 8** - Amazon Institute of People and the Environment Is the EU-MERCOSUR trade agreement deforestation-proof? / Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Belém, PA, 2020.
- 9** - O GLOBO. França não vai provar o acordo UE-Mercosul sem ter garantia contra o desmatamento. O Globo, 29 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/franca-nao-vai-aprovar-acordo-ue-mercosul-sem-ter-garantia-contra-desmatamento-24861351>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 10** - CORBET, S; LEICESTER, J. France threatens economic retaliation over Amazon fires. AP News, 23 de agosto de 2019. Disponível em: <https://apnews.com/article/brazil-france-global-trade-emmanuel-macron-forests-df4d58900129449796c8c51e4a706d2e>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 11** - RICHTER, A. No STF, Ricardo Salles defende reformulação do Fundo Amazônia. Agência Brasil, 23 de outubro de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-10/no-stf-ricardo-salles-defende-reformulacao-do-fundo-amazonia>. Acesso em 27 de maio de 2021.
- 12** - OLIVEIRA, E; BRONZATTO, T. "Brasil é responsável por 3% das emissões globais, os outros é que precisam aumentar suas ambições", diz Salles sobre pressão internacional. O Globo, 15 de abril de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-responsavel-por-3-das-emissoes-globais-os-outros-que-precisam-aumentar-suas-ambicoes-diz-salles-sobre-pessao-internacional-24972708>. Acesso em 27 de maio de 2021.

REFERÊNCIAS

13 - MAISONNAVE, F; WATANABE, P. Anúncio de Salles pega de surpresa doadores internacionais do Fundo Amazônia. Folha de S. Paulo, 19 de maio de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/05/anuncio-de-salles-pegando-surpresa-doadores-internacionais-do-fundo-amazonia.shtml>. Acesso em 27 de maio de 2021

14 - SCHREIBER, M. Por que política ambiental de Bolsonaro afasta ajuda financeira internacional? BBC News, 21 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56825520>. Acesso em 27 de maio de 2021.